

Livro Eletrônico



**Estratégia**  
CONCURSOS

**Aula 08**

**Geografia p/ Escola de Sargentos das Armas (EsSA) - Pós-Edital**

Equipe Leandro Signori, Leandro Signori, Rosy Ellen Freire Viana Santos, Sergio Henrique

# AULA 08 – Políticas territoriais e regionais: a Amazônia, o Nordeste, o Mercosul e a América do Sul. Políticas territoriais: meio ambiente

Caros Alunos,

- Esta é a nossa última aula de Geografia.
- É verdade, nossa aula de hoje é a última...
- Ah...
- Eu também gostei muito da companhia de vocês...

De coração, agradeço a oportunidade do convívio com vocês. Foi um imenso prazer ter ministrado este curso.

Sobre o curso, espero, sinceramente, que ele tenha atendido as suas expectativas e lhes propiciado um excelente aprendizado.

Continuo à disposição de vocês no Fórum de Dúvidas. Peço encarecidamente que não vão para a prova com dúvidas. Antes me procurem.

Fico no aguardo de notícias positivas sobre suas aprovações, que certamente virão.

Ótimos estudos até o dia da prova e que Deus os abençoe, ilumine e os acompanhe na parte final desta jornada, como servidores públicos e em todas as suas vidas.

Um grande abraço,

Profs. Leandro Signori e Sérgio Henrique



## Sumário

<b>1 - Políticas territoriais e regionais .....</b>	<b>3</b>
<i>1.1 O Nordeste .....</i>	<i>3</i>
<i>1.2 A Amazônia .....</i>	<i>8</i>
<i>1.3 O Mercosul e a América do Sul.....</i>	<i>12</i>
<b>2 - Políticas territoriais: meio ambiente.....</b>	<b>20</b>
<b>3 - Resumo .....</b>	<b>29</b>
<b>4 – Questões comentadas.....</b>	<b>32</b>
<b>5 - Lista de questões .....</b>	<b>40</b>
<b>6 – Gabarito .....</b>	<b>44</b>



# 1 - POLÍTICAS TERRITORIAIS E REGIONAIS

Com a industrialização, o modelo agroexportador brasileiro foi aos poucos sendo substituído pelo modelo urbano e industrial. A Região Sudeste, notadamente o Estado de São Paulo, concentrou grande parte da produção industrial e dos grandes centros urbanos.

No governo de Juscelino Kubitschek essa concentração se acentuou mais ainda com a chegada das indústrias de bens de consumo duráveis. Esse cenário gerou um desequilíbrio econômico entre as regiões do país e tornou necessária a implantação de uma política de integração do mercado interno.

Foram então estabelecidas **políticas de desenvolvimento regional**. Por meio de políticas e de órgãos estatais, o governo federal buscou dinamizar a economia e a integração das regiões.

O **Nordeste** e a **Amazônia** foram as regiões que mais receberam esforços do governo para o desenvolvimento.

## 1.1 O NORDESTE

As primeiras políticas públicas no Nordeste são da época do Império. A construção do açude de Quixadá no Ceará, em 1884, devido a uma grande seca que matou milhares de pessoas, foi a primeira intervenção do governo na região.

Mas foi apenas nos primeiros anos da República que as iniciativas governamentais de combate às secas foram institucionalizadas. Ficaram conhecidas como **políticas hidráulicas**.

Em 1909, foi criada a **Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (Ifocs)**. Seu objetivo era construir açudes e abrir estradas para facilitar o escoamento dos produtos sertanejos.

Em 1945, a Ifocs passou a se chamar **Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs)**. O objetivo era o mesmo, mas o órgão passou a organizar também frentes de trabalho. Quando ocorriam as secas, a população flagelada era recrutada para trabalhar nas obras federais. Assim, criava-se um meio de sobrevivência para essa população, ainda que precário.

Embora voltadas ao desenvolvimento regional do Nordeste, as políticas públicas contra a seca eram tendenciosas. Os açudes e as estradas eram quase sempre construídos junto às terras dos fazendeiros ou dentro delas, acabando por valorizá-las.

Os coronéis, donos das terras, não tinham que se preocupar com a sorte de seus trabalhadores nas épocas de seca, quando eles eram entregues ao poder público. Quando as chuvas voltavam, era só recrutar de volta a mão de obra.

Essas práticas foram chamadas de **indústria da seca**. Através delas, o governo beneficiava os ricos e mantinha os sertanejos pobres no limite da sobrevivência.



O **Instituto de Açúcar e do Alcool (IAA)**, criado pelo governo federal na década de 1930, foi outra política pública de amparo aos ricos. Dessa vez, voltada para os grandes proprietários de terra da Zona da Mata.

A economia açucareira havia entrado em crise em meados do século XIX, devido à concorrência exercida pelo açúcar produzido nas Antilhas. A crise se acentuou mais ainda com a concorrência do açúcar produzido com técnicas mais modernas na Região Sudeste, em especial no Estado de São Paulo.

O IAA estabeleceu cotas de produção de açúcar entre os estados brasileiros e garantiu um preço mínimo para o produto. Com isso, protegeu durante décadas os usineiros da Zona da Mata. No entanto, ao garantir acesso aos mercados para os engenhos nordestinos, o IAA tornou desnecessárias a modernização técnica e a elevação da produtividade na região, ampliando ainda mais as vantagens competitivas da agroindústria canavieira paulista e acentuando as diferenças regionais.

### A Sudene

Em 1959, no governo de Juscelino Kubitschek, foi criada a **Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene)**, como uma autarquia subordinada diretamente à Presidência da República, sob a direção de **Celso Furtado**, um dos mais importantes economistas brasileiros.

Foi o primeiro organismo permanente de planejamento regional criado no Brasil. Sua área de atuação ultrapassa os limites da Região Nordeste, abarcando a região semiárida do norte de Minas Gerais.

**A Sudene e seus fundadores acreditavam que o maior problema rural do Nordeste era a concentração da propriedade fundiária. Julgavam também ser necessária a implantação de indústrias modernas, capazes de dinamizar a economia como um todo.**

Com o golpe militar, a Sudene deixou de ser uma instituição administrativamente autônoma e foi incorporada ao Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais (rebatizado em 1967 de Ministério do Interior).

Nesse novo arranjo, a questão agrária saiu do horizonte da Sudene, que por sua vez conquistou o apoio das oligarquias. **A sua única prioridade passou a ser a industrialização.**

Grandes empresas estatais assumiram a realização de investimentos industriais na região, em especial no setor petroquímico, com destaque para a criação do **Polo Petroquímico de Camaçari**, em 1978. Esse Polo é atualmente um grande complexo industrial nordestino.

O Governo Federal também concedeu financiamentos públicos e incentivos fiscais aos grupos industriais para que implantassem fábricas na região. O setor de bens intermediários, como produtos químicos e metalúrgicos foi o principal beneficiário, pois se acreditava que ele dinamizaria a economia regional.

**Com a Sudene, a economia industrial chegou às capitais nordestinas, em especial a Salvador, Recife e Fortaleza.** Esses são os mais importantes polos industriais do Nordeste,



impulsionados pelo Complexo Industrial de Camaçari, na Bahia, pelo Complexo industrial e portuário de Suape, no Pernambuco, e pelo Distrito de Maracanaú, pertencente à região metropolitana de Fortaleza.

No entanto, hoje sabemos que essas políticas não bastaram para melhorar a qualidade de vida da população regional. O Nordeste brasileiro ainda espera por políticas capazes de gerar crescimento econômico com inclusão social.

### **As subdivisões do Nordeste**

Em razão das diferentes características físicas que apresenta, a Região Nordeste é dividida em quatro sub-regiões: meio-norte, zona da mata, agreste e sertão.

Compreender as peculiaridades das sub-regiões nordestinas é de fundamental importância para a análise das relações sociais ali estabelecidas, que refletem diretamente nas atividades econômicas desenvolvidas, e, portanto, na organização do espaço. Nesse sentido, a divisão em regiões ajuda a orientar as políticas públicas que devem ser projetadas para o desenvolvimento socioeconômico de cada sub-região e proporcionar qualidade de vida para a população.

**Meio-norte** – é uma faixa de transição entre a Amazônia e o sertão semiárido do Nordeste, é composta pelos estados do Maranhão e oeste do Piauí.

A vegetação natural dessa área é a mata de cocais, carnaúbas e babaçus, em sua maioria. Apresenta índices pluviométricos maiores a oeste.

É uma região economicamente pouco desenvolvida, prevalece o extrativismo vegetal, praticado na mata de cocais remanescente (babaçu), agricultura tradicional de algodão, cana de açúcar e arroz, além da pecuária extensiva.

**Sertão** – é uma extensa área de clima semiárido, conhecido como “Polígono das Secas”. Compreende o centro da Região Nordeste, está presente em quase todos os estados. Os índices de pluviosidade são baixos e irregulares, com a ocorrência periódica de secas.

A vegetação típica é a caatinga. A bacia do rio São Francisco é a maior da região e a única fonte de água perene para as populações que habitam suas margens, é aproveitado também para irrigação e fonte de energia através de hidrelétricas como a de Sobradinho (BA).

Essa sub-região nordestina possui o menor índice demográfico da região. As maiores concentrações populacionais estão nos vales dos rios Cariri e São Francisco.

A principal atividade econômica é a pecuária extensiva e de corte. Outras atividades desenvolvidas no Sertão são: cultivo irrigado de frutas, flores, cana de açúcar, milho, feijão, algodão de fibra longa (no Vale do Cariri, Ceará), extração de sal (litoral cearense e potiguar) e o turismo nas cidades litorâneas. A indústria baseia-se no polo têxtil e de confecções.



**Agreste** – corresponde à área de transição entre o sertão semiárido e a zona da mata, úmida e cheia de brejos. Essa sub-região é composta por porções territoriais do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Pernambuco, de Alagoas, de Sergipe e da Bahia.

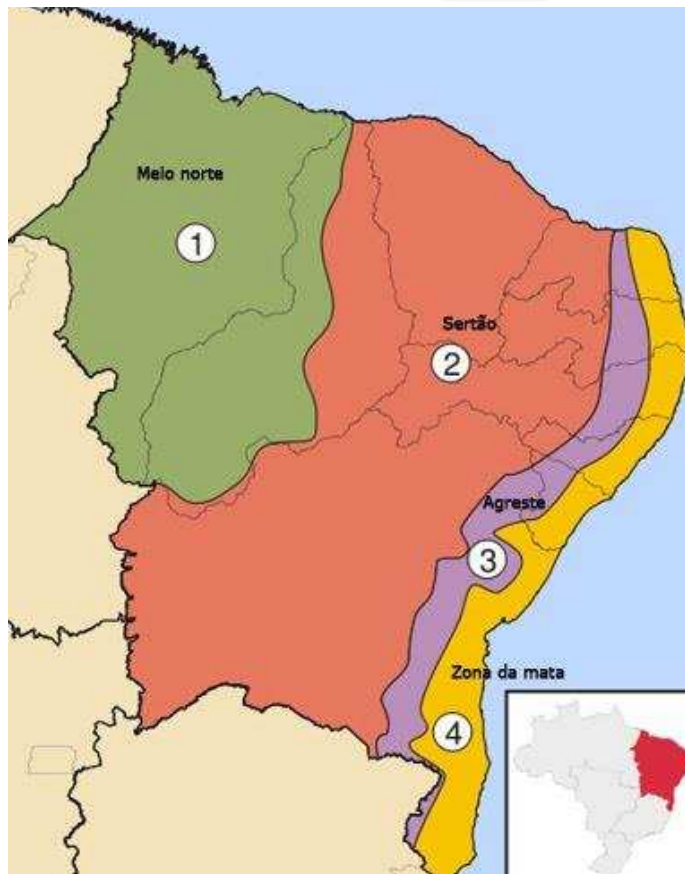
A principal atividade econômica nos trechos mais secos do agreste é a pecuária extensiva; nos trechos mais úmidos é a agricultura de subsistência e a pecuária leiteira. Predominam as pequenas e médias propriedades com o cultivo do algodão, do café e do sisal (planta da qual se extrai uma fibra utilizada para fabricar tapetes, bolsas, cordas, etc.). Outro elemento de destaque na economia local é o turismo, com a realização de festas que atraem multidões, como, por exemplo, as festas juninas.

**Zona da Mata** – também conhecida como Litoral Continental, essa sub-região compreende uma faixa litorânea de até 200 quilômetros de largura que se estende do Rio Grande do Norte ao sul da Bahia.

Apresenta a maior concentração populacional do Nordeste e é a sub-região mais urbanizada. O clima é tropical úmido e o solo é fértil em razão da regularidade de chuvas. A vegetação natural é a mata Atlântica.

O cultivo da cana de açúcar é a principal atividade econômica praticada na Zona da Mata. Outras atividades econômicas desenvolvidas são: extração de petróleo, o cultivo de cacau, café, frutas, fumo, lavoura de subsistência, produção de sal marinho - principalmente no Rio Grande do Norte -, além da atividade turística que atrai milhões de visitantes para as belas praias nordestinas. Além disso, a atividade industrial é bastante desenvolvida nessa região.





**(ESA/EXÉRCITO BRASILEIRO/2016 - CFS)**

A sub-região nordestina que se estende do Rio Grande do Norte até o sul da Bahia, localizada entre o litoral úmido e o semiárido é chamada de:

- A) Sertão
- B) Zona da Mata
- C) Agreste
- D) Meio Norte
- E) Recôncavo Baiano

**COMENTÁRIOS:**

O Agreste situa-se entre o litoral (Zona da mata) e a região do semiárido (Sertão). O Meio Norte localiza-se entre o semiárido e a Amazônia. O Recôncavo Baiano é uma sub-região localizada nos arredores de Salvador, estando totalmente dentro do estado da Bahia.

**Gabarito: C**





## 1.2 A AMAZÔNIA

Na década de 1940, o governo de Getúlio Vargas tomou iniciativas para integrar efetivamente a Amazônia ao território brasileiro. A integração dessa região era uma das prioridades de seu governo.

Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, foram assinados acordos de fornecimento de borracha da região aos Estados Unidos. Milhares de trabalhadores foram mobilizados e seguiram para os seringais.

Getúlio Vargas também criou a **Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA)**, em 1953. A lei que criou a SPVEA definiu a **Amazônia Brasileira**, que correspondia à porção da Amazônia Internacional localizada em território brasileiro.

A construção de Brasília e a abertura da estrada Belém-Brasília impulsionaram a integração amazônica. A rodovia, construída com apoio da SPVEA, estabeleceu a primeira ligação terrestre entre a Amazônia Oriental, a recém criada capital federal e a malha rodoviária do Centro-Sul.

Com o governo militar em 1966, a SPVEA se transformou na **Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam)**. A lei que criou a Sudam também redefiniu a Amazônia Brasileira, que passou a se denominar **Amazônia Legal**, área de planejamento com superfície de cerca de 60% do território brasileiro.



A Amazônia Legal engloba a totalidade de oito estados (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e parte do Estado do Maranhão (a oeste do meridiano de 44ºW) e subdivide-se em duas grandes regiões: **Amazônia Ocidental** e **Amazônia Oriental**. A primeira, situada na porção oeste da Amazônia, é composta pelos estados de Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima. A segunda está situada na porção leste da Amazônia e é formada pelos estados de Tocantins, Pará, Amapá e as áreas amazônicas do Mato Grosso e do Maranhão.



**(EsSA/EXÉRCITO BRASILEIRO/2017 - CFS)**

Em 1966 foi criada uma lei redefinindo a Amazônia brasileira, em uma região de superfície de mais de 5,2 milhões de km<sup>2</sup>, cerca de 61% do território nacional. Esta região não coincide com os limites da região norte, pois também compreende os estados do Mato Grosso e parte do Maranhão. Essa redefinição da Amazônia brasileira recebeu o nome de:

- a) Zona Franca de Manaus.
- b) Região Norte.
- c) Floresta amazônica.
- d) Bioma Amazônia.
- e) Amazônia legal.

**COMENTÁRIOS:**

A lei que criou a Sudam, em 1966, também instituiu a Amazônia Legal, que conta com uma área territorial diferente da Amazônia brasileira e da Região Norte. A Amazônia Legal é uma regionalização voltada para o planejamento e a organização territorial e abrange cerca de 60% do território brasileiro, fazendo parte dela todos os estados da região Norte, mais o Mato Grosso e parte do Estado do Maranhão (a oeste do meridiano de 44ºW)

**Gabarito: E**

No governo militar, a ocupação da Amazônia era vista sob um aspecto estratégico, como um espaço de fronteira em três sentidos:

**Fronteira geopolítica:** espaço de afirmação do poder nacional em áreas de “fronteira morta” (faixa de limites internacionais pouco povoada sujeita a pressões de Estados estrangeiros e de facções criminosas ligadas ao narcotráfico, ao contrabando e ao comércio ilegal de armas). Sua ocupação efetiva permitiria o exercício do poder nacional nas faixas de fronteiras.



**Fronteira demográfica:** área de atração de fluxos migratórios e válvula de escape de tensões sociais no campo. A Amazônia era um grande vazio, que poderia receber os excedentes populacionais do Centro-Sul e, principalmente do Nordeste, diminuindo as pressões pela reforma agrária.

**Fronteira econômica:** área de implantação de grandes projetos florestais, minerais e industriais com produção destinada à exportação, além de projetos agropecuários baseados na grande propriedade. Os recursos naturais da Amazônia e os incentivos financeiros do Banco da Amazônia seriam os fundamentos da valorização econômica regional.

Pouco tempo depois da sua criação, a Sudam abandonou os projetos de colonização baseados em pequenas propriedades e passou a aprovar somente projetos em glebas gigantes, de no mínimo, 25 mil hectares. Ou seja, o governo estimulou a implantação de grandes projetos agropecuários na região. Vários latifúndios se consolidaram, e o desmatamento se intensificou.

O **Código de Mineração**, aprovado em 1967, retirou o direito de preferência da exploração mineral do proprietário da terra, tornando ilegal os pequenos garimpos. Isso favoreceu as grandes mineradoras, responsáveis por grandes projetos de exploração dos minérios amazônicos. Os principais projetos foram:

**Projeto Jari:** Implantado em 1967, ocupava 1,6 milhão de hectares no Amapá. Consistia em integrar as atividades florestais, agrícolas, minerais e industriais. Foi vendido para um consórcio de grupos empresariais nacionais na década de 1980, devido a dificuldades financeiras.

**Serra do Navio:** Baseado em exploração de manganês na Serra do Navio, no centro do Amapá, esse consórcio transnacional também construiu a Estrada de Ferro Amapá para o escoamento e o porto de Santana para a exportação. Em 1998, todo o manganês de maior teor de pureza já havia sido extraído e exportado. Em 2003, devido aos altos custos e a queda dos preços no mercado internacional, as atividades se encerraram.

A contaminação das águas com os rejeitos altamente tóxicos da mineração foi um sério problema herdado para a população do Amapá.

**Carajás:** A província Mineral de Carajás, no sudeste do Pará, contém as maiores reservas de ferro do mundo, além de outros minerais importantes. Em 1980, sob controle da Companhia Vale do Rio Doce, foi lançado o Programa Grande Carajás (PGC)

O PGC alterou drasticamente a organização do espaço e a economia do leste do Pará ao oeste do Maranhão. Grandes obras de infraestrutura, como a Estrada de Ferro Carajás, o Porto de Itaqui em São Luís, e a hidrelétrica de Tucuruí, atraíram milhares de migrantes e geraram diversos núcleos urbanos.

Muitas indústrias, em especial as de transformação mineral se instalaram em Belém e seus arredores, sendo hoje uma das maiores zonas industriais da Região Norte.

Mas, o grande polo industrial da Região Norte está em Manaus. A criação da **Zona Franca de Manaus (ZFM)**, em 1957, administrada pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) transformou a região. Inicialmente, a ZFM era um porto livre, para o depósito, armazenamento e comércio de mercadorias, livres de impostos.



Em 1967, a ZFM se transformou em um polo industrial. A isenção de impostos para a importação de máquinas e matérias-primas atraiu indústrias transnacionais e nacionais. O Polo Industrial de Manaus (PIM) reúne mais de 500 empresas e gera mais de 500 mil empregos diretos e indiretos.

Atualmente, a ZFM compreende três polos econômicos: comercial, industrial e agropecuário. Além do polo de Manaus, a SUFRAMA abriga ainda na sua gestão sete áreas de livre comércio em Tabatinga (Amazonas), Macapá-Santana (Amapá), Guajará-Mirim (Rondônia), Cruzeiro do Sul e Brasília-Epitaciolândia (Acre) e Bonfim e Boa Vista (Roraima).

A herança do planejamento do regime militar pesa fortemente sobre a região. A maior parte dos projetos minerais e agropecuários incentivados pela Sudam foi implantada nas margens das estradas, que viraram corredores de desflorestamento.

Além disso, as áreas cortadas por elas, valorizadas, tornaram-se cenários de conflitos entre ocupantes, fazendeiros e madeireiros pela posse da terra.



Apesar dos impactos ambientais decorrentes do desenvolvimento amazônico, existem diversos exemplos de atividades extrativas e agropecuárias sustentáveis no ecossistema amazônico, que poderiam orientar novas estratégias de planejamento.



A coleta florestal, ao lado da pesca, é a mais antiga base da economia regional. A extração da borracha nativa é um dos fundamentos da subsistência das populações ribeirinhas. Outros importantes produtos da floresta coletados tradicionalmente são a castanha-do-pará, a malva, o urucu, o guaraná, o cacau, e várias frutas silvestres, como o açaí. A economia extrativa assegurou a conservação dos ecossistemas e da sua biodiversidade em áreas povoadas há muitas gerações.

O incentivo ao extrativismo tem sentido social e ambiental, mas também pode proporcionar vantagens econômicas. Os produtos da floresta têm encontrado novas e sofisticadas aplicações na indústria farmacêutica e de alimentos.

A agricultura e a pecuária também podem ser sustentáveis. A produção da pimenta-do-reino, na Zona Bragantina do Pará, revitalizou-se nas últimas décadas, após a substituição do sistema de monocultura pelo cultivo intercalado com frutíferas, cereais e mandioca.

A juta, introduzida nas áreas de Parintins, no Amazonas, e Santarém, no Pará, adaptou-se aos solos das várzeas alagadas no vale amazônico. O guaraná, o urucu, a malva e diversas outras frutas nativas, que eram produtos exclusivamente da coleta, passaram a ser cultivados com sucesso.

A criação de búfalos no arquipélago de Marajó contrasta com a pecuária bovina extensiva implantada de forma predatória no sul e no leste do Pará. A pecuária bubalina, que produz carne, leite, e queijo, adaptou-se aos campos alagados marajoaras e, mais tarde, expandiu-se para as pastagens naturais das várzeas de inundação do rio Amazonas, no Pará.

### 1.3 O MERCOSUL E A AMÉRICA DO SUL

Ao longo das últimas duas décadas, o Brasil tem dado ênfase à integração regional (em que se destacam dois processos basilares, o do Mercosul e o da ex-Comunidade Sul-Americana de Nações, atual Unasul).

No século XXI, o Brasil estabeleceu-se claramente como uma potência regional. O país tem sido tradicionalmente um líder na comunidade interamericana e desempenhou um papel importante nos esforços de segurança coletiva, bem como na cooperação econômica no hemisfério ocidental. A política externa brasileira apoia os esforços de integração econômica e política a fim de reforçar relações duradouras com seus vizinhos. O Brasil é um membro fundador da Organização dos Estados Americanos (OEA) e do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tratado do Rio). O país deu prioridade à expansão das relações com seus vizinhos sul-americanos e fortaleceu os organismos regionais, como a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), a União de Nações Sul-Americanas (Unasul) e o Mercado Comum do Sul (Mercosul).

Embora a integração seja o objetivo principal dessas organizações, elas também servem como fóruns onde o Brasil pode exercer a sua liderança regional e desenvolver um consenso em torno de suas posições sobre questões regionais e globais. Ao promover a integração através de organizações como o Mercosul e a Unasul, o Brasil tem sido capaz de solidificar seu papel como potência regional. Além de consolidar o seu poder na América do Sul, o Brasil tem procurado expandir a sua influência para toda a região, aumentando o seu envolvimento no Caribe e na América Central.



Com mais de duas décadas de existência, o Mercosul é a mais abrangente iniciativa de integração regional já implementada na América Latina. O bloco nasceu da conjugação de circunstâncias políticas e econômicas que conduziram à aproximação geopolítica entre Brasil e Argentina. Essa aproximação representou uma ruptura com a tradição de rivalidade que caracterizou quase toda história das relações entre os vizinhos da bacia Platina.

O Mercosul começou a nascer no encontro dos presidentes José Sarney, do Brasil, e Raul Alfonsín, da Argentina, em 1985, em Foz do Iguaçu. A Declaração de Iguaçu, emanada do evento, assinalou os novos rumos da política externa dos antigos rivais.

A adesão do Uruguai e do Paraguai ampliou para a escala da bacia Platina o quadro de cooperação bilateral estabelecido entre Brasília e Buenos Aires. O Tratado de Assunção, firmado em 1991, constituiu juridicamente o Mercosul.

Pelo tratado estabeleceram-se duas metas sucessivas para o processo de integração. A primeira era a configuração de uma zona de livre comércio por meio da eliminação de barreiras à circulação de mercadorias no interior do bloco. A segunda era a formação de uma Tarifa Externa Comum (TEC), ou seja, de uma tarifa alfandegária única a ser cobrada de produtos importados de países de fora do bloco.

A estrutura institucional do bloco foi definida no Protocolo de Ouro Preto, firmado em 1994. O Conselho do Mercado Comum (CMC) é o órgão superior com a função de conduzir a política do processo de integração. O CMC é formado pelos Ministros de Relações Exteriores e de Economia dos estados-partes.

O Protocolo de Ushuaia, de 1998, introduziu a “cláusula democrática” no Tratado de Assunção. Essa cláusula estabelece a obrigação dos Estados de respeitar os valores e as regras da democracia representativa que se consubstanciam nas liberdades políticas, na separação dos poderes e na vigência dos direitos humanos. A cláusula foi aplicada no episódio de suspensão do Paraguai do bloco, em junho de 2012. Em dezembro de 2013, esse país voltou a ser membro pleno do bloco regional.

Os seus Estados Partes (membros efetivos ou plenos) fundadores são o **Brasil**, a **Argentina**, o **Uruguai** e o **Paraguai**. A **Venezuela** (Estado Parte) ingressou no bloco em 2012. O Paraguai foi suspenso do bloco em junho de 2012, mas retornou ao bloco em fevereiro de 2014. A **Bolívia** é um Estado Parte em processo de adesão. Para a conclusão da sua integração definitiva como Estado Parte, falta, ainda, a ratificação do seu ingresso por alguns parlamentos nacionais.

Estados Partes são os que participam dos acordos e tratados do Mercosul e possuem uma maior integração comercial. Possuem direito de voto, são os países que tem poder de decisão sobre os assuntos do bloco econômico.

O MERCOSUL conta ainda com **Estados Associados** (membros associados) e **Estados Observadores** (membros observadores). Os Estados Associados são o **Chile**, **Equador**, **Peru**, **Colômbia**, **Guiana** e **Suriname**. Assim, podemos notar que o MERCOSUL abrange todos os países da América do Sul. **México** e **Nova Zelândia** também são Estados Observadores.

Os membros associados aderem, fazem parte da área de livre comércio, mas não adotam a Tarifa Externa Comum (TEC). Portanto, não participam integralmente do bloco, aderem, apenas, a



alguns acordos comerciais e não possuem poder de voto nas decisões do Mercosul. Podem participar na qualidade de convidado nas reuniões de organismos do bloco e podem assinar acordos sobre matérias comuns.

Um membro observador é aquele que apenas participa das reuniões do bloco, no sentido de melhor acompanhar o andamento das discussões, mas sem poder de participação ou voto.

O MERCOSUL possui uma presidência rotativa, chamada de “pro tempore”. A cada seis meses, um dos países membros assume a presidência do bloco, conforme uma rotação por ordem alfabética. No final de julho, o Uruguai, que estava na presidência, encerrou o seu mandato. O próximo país a assumir a presidência seria a Venezuela. No entanto, Argentina, Brasil e Paraguai alegaram que a Venezuela não poderia assumir a presidência por não estar cumprindo algumas normas do bloco econômico. Seriam regras relacionadas com o respeito aos direitos humanos e de integração ao mercado econômico.

Em dezembro de 2016, **a Venezuela foi suspensa do MERCOSUL**. Quando do seu ingresso no bloco, em 2012, foi concedido ao país um prazo de quatro anos para que adequasse legislação e normas internas aos acordos e tratados do bloco econômico. Findado o prazo, o país não cumpriu com a adequação de todas as normas e legislações necessárias à sua adesão como membro pleno do bloco. Dessa forma, a Venezuela foi suspensa do MERCOSUL pelos demais países membros.

Nova suspensão foi aplicada ao país, em agosto de 2017, com base na **cláusula democrática**, constante do Protocolo de Ushuaia do MERCOSUL. O bloco entende que há uma **ruptura na ordem democrática do país** e que os poderes não estão funcionando de modo harmônico e independente.

As suspensões são políticas, afetando o direito do país de votar, ser votado e de exercer a presidência rotativa do bloco. Não afetam as trocas comerciais entre a Venezuela e os demais países do bloco. Os acordos comerciais continuam em vigor.

Para retornar como membro pleno do MERCOSUL, a Venezuela terá que solucionar internamente os fatores que deram causa as duas suspensões. Contudo, não confunda, o país não foi excluído do bloco, suspensão é diferente de exclusão.

Como o nome diz, o bloco econômico almeja ser um Mercado Comum. No entanto, segundo o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, ainda é uma Zona de Livre Comércio e uma União Aduaneira em fase de consolidação que caminha para o estabelecimento de um Mercado Comum, com laços mais profundos de integração.

Em pouco mais de vinte anos, o bloco provou ser um grande sucesso em termos econômico-comerciais. O comércio intrabloco multiplicou-se mais de dez vezes, saltando de US\$ 5,1 bilhões (1991) para US\$ 58,2 bilhões (2012). No mesmo período, o comércio mundial cresceu apenas cinco vezes. O comércio do Brasil com o Mercosul quase multiplicou-se por dez – ao passo que, com o resto do mundo, o aumento foi de oito vezes. O comércio intrabloco corresponde a cerca de 15% do total global do Mercosul e reduziram-se quase totalmente as tarifas para comércio entre os países do bloco.

O Mercosul é fundamental para a atividade industrial dos Estados Partes. Em 2012, 92% das exportações brasileiras ao bloco foram bens industrializados (manufaturados e semimanufaturados). Um dos setores que mais se beneficia é o automotivo, pois o bloco possibilitou



ao Brasil e a Argentina integrar suas cadeias produtivas de automóveis. Brasil e Argentina juntos são o terceiro maior mercado global de automóveis (depois de China e Estados Unidos).

Em 2013, 47% da produção de automóveis argentinos foram exportados para o Brasil. O mercado brasileiro foi o destino de 85% das exportações argentinas de veículos no ano passado. As exportações para a Argentina representaram, em 2013, 16% da produção brasileira de automóveis e 80% das exportações de veículos do Brasil. No entanto, cabe observar, que nos últimos anos tem havido tensões comerciais entre Brasil e Argentina em razão da adoção de práticas protecionistas de ambos os lados.

Uma das críticas ao MERCOSUL são os poucos acordos de livre-comércio com outros países ou blocos econômicos. Só possui três acordos, com Egito, Israel e Palestina.

O bloco negocia há mais de uma década um acordo de livre comércio com a União Europeia. As negociações enfrentam impasse principalmente devido à resistência da Argentina em reduzir as tarifas de importação. Isso porque existe o receio de que a abertura do mercado aos manufaturados europeus enfraqueça as indústrias nacionais. Por outro lado, há quem defenda que os ganhos no médio prazo com o aumento das exportações podem compensar essas eventuais perdas iniciais.

Em resumo: o Mercosul não se limita à dimensão econômica e comercial, contando com iniciativas comuns que abrangem da infraestrutura às telecomunicações; da ciência e tecnologia à educação; da agricultura familiar ao meio ambiente; da cooperação fronteiriça ao combate aos ilícitos transnacionais; das políticas de gênero à promoção integral dos direitos humanos.

Por sua vez, a criação da UNASUL faz parte de processo recente de superação da desconfiança que havia entre os países sul-americanos desde os movimentos de independência, no século XIX. Até 2008, a América do Sul se relacionava com o resto do mundo por meio de um modelo do tipo "arquipélago": cada país atuava de maneira isolada e desintegrada, dialogando primordialmente com os países desenvolvidos de fora da região. Quando do estabelecimento da UNASUL, os países da região passaram a articular-se em torno de áreas estruturantes, como energia e infraestrutura, e a coordenar posições políticas. A UNASUL privilegia um modelo de "desenvolvimento para dentro" na América do Sul – complementando, dessa forma, o antigo modelo de "desenvolvimento para fora".

A UNASUL tem como objetivo construir um espaço de integração dos povos sul-americanos. A região passa por um importante momento de estabilidade democrática e avanços sociais – consequência, dentre outros fatores, dos benefícios decorrentes da coordenação política entre os países. A organização tem demonstrado que é possível fortalecer a integração e identificar consensos, respeitando a pluralidade.

A UNASUL tem como membros o Brasil, Uruguai, Argentina, Paraguai, Chile, Peru, Bolívia, Equador, Colômbia, Venezuela, Guina e Suriname. Panamá e México são membros observadores.

Não há integração regional sem integração da infraestrutura física, necessária para reduzir as distâncias entre os povos e para aumentar a competitividade das economias da região. Assim como o Brasil, os outros países sul-americanos também foram colônias de exploração de potências europeias. Como consequência, o modelo econômico baseado na exportação de produtos primários para a Europa pode ser observado em todo o continente.





Essa herança histórica está sendo progressivamente superada, mas deixou marcas ainda presentes nos dias atuais. Uma delas é a falta de integração física entre os países da América do Sul. O fator geográfico (Amazônia, cordilheira, pantanal) não pode ser negligenciado. Apesar de existirem avanços, a infraestrutura nos países da América do Sul ainda apresenta uma série de problemas, tais como a excessiva concentração em eixos economicamente mais dinâmicos e a falta de investimentos, inclusive em programas de manutenção. Essas características também podem ser verificadas na infraestrutura regional como um todo. Esse quadro repleto de contradições é agravado devido ao modo pelo qual os investimentos são planejados. A infraestrutura existente na América do Sul é majoritariamente planejada com base no plano doméstico de cada país, colocando projetos estruturantes de integração regional em segundo plano.

Tal falta de integração física na América do Sul acarreta diversas dificuldades econômicas, políticas e sociais. A livre circulação de pessoas, que está prevista nos tratados constitutivos do Mercosul e da Comunidade Andina, por exemplo, é significativamente prejudicada, pela ausência de meios de transportes de qualidade a preços acessíveis, muito embora possa haver, em alguns casos de relação bilateral, procedimentos jurídico-legais que incentivem a mobilidade humana transfronteiriça. O comércio entre os países também sofre de graves impedimentos na ausência de infraestruturas logísticas e de transporte.

Em 2000, a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) foi lançada, com o objetivo de combater a falta de integração física na região. Após a institucionalização do Conselho de Infraestrutura e Planejamento (Cosiplan) no seio da Unasul em 2009, permanece a percepção das lideranças sul-americanas de que somente com a integração física entre os países será possível criar uma economia de escala na região, composta por cadeias produtivas complementares. Cientes da extensão territorial da América do Sul e das diferentes realidades que existem dentro do continente, foram criados dez eixos de integração e desenvolvimento. O objetivo tem sido atender às diferentes necessidades derivadas das realidades que cada local apresenta.

Uma das iniciativas mais relevantes é o planejamento de corredores bioceânicos. Foram previstos investimentos para a construção e a recuperação de vias intermodais (rodovias, ferrovias e hidrovias), de modo a ligar portos em países banhados pelo oceano Pacífico a portos com saída para o oceano Atlântico. Esse projeto, além de garantir melhor circulação de pessoas e mercadorias dentro da região, também tem o claro objetivo de facilitar a exportação de produtos sul-americanos para mercados consumidores além-mar (Sudeste e Leste da Ásia, Europa e continente africano).

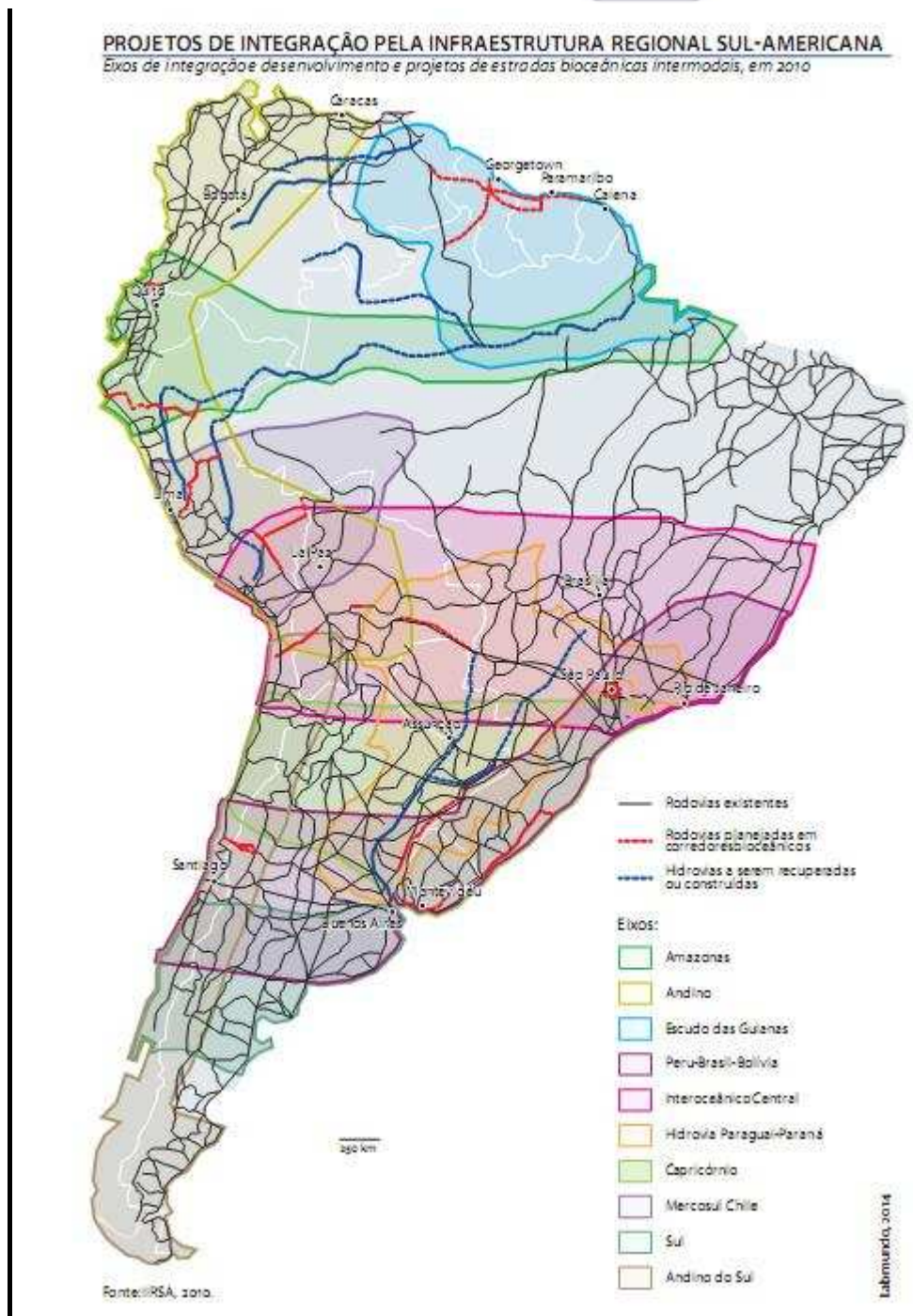
#### Eixos de Integração e Desenvolvimento do IIRSA:

- **Eixo Andino** (Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia): integração energética, com destaque para a construção de gasodutos.
- **Eixo Interoceânico de Capricórnio** (Chile, Argentina, Paraguai e Brasil): integração energética, incorporação de novas terras à agricultura de exportação, biocombustíveis.
- **Eixo do Amazonas** (Colômbia, Peru, Equador, Brasil): criação de uma rede eficiente de transportes entre a Bacia Amazônica e o litoral do Pacífico, com vista à exportação.



- **Eixo do Sul** (Chile e Argentina): exploração do turismo e dos recursos energéticos (gás e petróleo).
- **Eixo Interoceânico Central** (Sudeste brasileiro, Paraguai, Bolívia, norte do Chile e sul do Peru): rede de transportes para exportar produtos agrícolas brasileiros e minerais bolivianos pelo Pacífico
- **Eixo Mercosul-Chile** (Brasil, Argentina, Uruguai e Chile): integração energética, com ênfase nos gasodutos e na construção de hidrelétricas.
- **Eixo Peru-Bolívia-Brasil**: criação de um eixo transportes envolvendo o Brasil, Bolívia e Peru, com a conexão portuária peruana no Pacífico, permitindo a expansão do comércio destes países com a Ásia.
- **Eixo da Hidrovia Paraguai-Paraná** (sul e sudoeste do Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai): integração dos transportes fluviais, incremento na oferta de energia hidrelétrica.
- **Eixo do Escudo Guiano** (Venezuela, Guiana, Suriname, extremo-norte do Brasil): aperfeiçoamento da rede rodoviária.
- **Eixo Andino do Sul** (região andina da fronteira Chile-Argentina): turismo, rede de transportes.





Fonte: Atlas da Política Externa Brasileira (2014)

A infraestrutura em energia é um dos desafios mais importantes a serem enfrentados na região. Percebe-se que a América do Sul é superavitária na produção de várias fontes de energia, principalmente em função da Venezuela e da Colômbia. O Brasil é um grande produtor, mas também é o maior consumidor de energia do continente, o que o torna ligeiramente deficitário. Apesar desse superávit regional, muitos países ainda enfrentam dificuldades quanto ao acesso à energia. Essa realidade se deve, entre outros motivos, à carência de linhas de transmissão entre os países. O investimento na transmissão de energia dentro da região revela-se uma das prioridades, na medida em que energia é imprescindível para o desenvolvimento e crescimento econômico. Além disso, a

ligação intrarregional por linhas de transmissão pode criar um importante mercado de energia no continente: há oferta e há demanda, mas faltam os meios para comercializar.



**(ESA/EXÉRCITO BRASILEIRO/2016 - CFS)**

Um programa conjunto dos governos de 12 países da América do Sul que visa promover a integração física entre eles, por meio da modernização da infraestrutura de transporte, energia e telecomunicações, ampliando a área de atuação do Mercosul, é conhecido pela sigla:

- A) IIRSA
- B) ALCA
- C) OTAN
- D) IBGE
- E) ALADI

**COMENTÁRIOS:**

A Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) é um programa conjunto dos governos de 12 países da América do Sul, que visa promover a integração física entre eles, por meio da modernização da infraestrutura de transporte, energia e telecomunicações.

A Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) foi uma proposta de criação de um bloco econômico com a participação de países das três Américas. O bloco econômico não chegou a ser criado.

A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) é uma organização militar com países de vários continentes, a maioria da Europa. O IBGE é uma instituição brasileira que visa coletar, estudar e analisar dados socioeconômicos do Brasil.

A Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) visa contribuir com a promoção da integração da região latino-americana, procurando garantir seu desenvolvimento econômico e social.

**Gabarito: A**



## 2 - POLÍTICAS TERRITORIAIS: MEIO AMBIENTE

No Brasil, a legislação relativa ao meio ambiente é ampla e bem elaborada. A criação de leis, decretos e normas voltadas à questão ambiental ao longo da história brasileira é consequência do aumento da importância do tema no mundo e no Brasil.

Os problemas ambientais que observamos com frequência, amplamente divulgados pelos meios de comunicação – queimadas ilegais, desmatamentos, poluição atmosférica e dos recursos hídricos e vários outros problemas –, não resultam da limitação da legislação, mas de práticas predatórias e da ineficiência das ações educativas e de fiscalização.

### As primeiras políticas ambientais

Ao longo dos períodos colonial e imperial, de nosso país, foram elaboradas algumas leis voltadas à proteção do meio ambiente, mas elas tinham abrangência restrita.

O **Regimento do Pau-Brasil**, editado em 1605, pode ser considerado a primeira lei de proteção das reservas florestais do Brasil. O regimento previa formas adequadas de corte da madeira para garantir o rebrotamento da árvore, assim como procedimentos legais para a obtenção de licença de exploração e mecanismos de penalização dos infratores da lei.

As **Ordenações Manuelinas**, organizadas por ordem de Dom Manuel I, visavam proteger os recursos considerados de maior valor. A expressão “madeira de lei”, por exemplo, tem sua origem na lista de árvores nobres proibidas de ser cortadas sem autorização, devido ao grande valor da madeira, como o jacarandá e a peroba.

Com a chegada da família real ao Rio de Janeiro, em 1808, o Brasil recebeu uma série de investimentos no campo cultural e científico, como a criação do Real Horto, que deu origem ao Jardim Botânico.

Durante o Império, manteve-se a questão ambiental na agenda política brasileira, ainda que muito timidamente. A devastação do patrimônio ambiental esteve no centro das preocupações do conselheiro político José Bonifácio de Andrada e Silva, que já no ano seguinte à Independência, alertava sobre as consequências da exploração predatória das florestas do país.

Já no período republicano, em 1911, foi criada a primeira reserva florestal do país, onde atualmente se encontra o estado do Acre. Em 1921, foi criado o Serviço Florestal do Brasil, que atualmente é o Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

### O reforço das leis ambientais

A década de 1930 é tida como marco inicial de uma ação mais sistemática e planejada do poder público. É dessa época o conjunto de **políticas regulatórias**, ou seja, o corpus legal (normas, regimentos, leis) que constitui os primeiros códigos ambientais brasileiros, bem como um conjunto de **políticas estruturadoras**, que incluem a criação de parques nacionais.





Os primeiros passos foram a promulgação do **Código Florestal** e do **Código de Águas**, ambos publicados em 1934, com força de lei federal. Pela primeira vez, foram estabelecidos limites de uso dos recursos naturais, mesmo no interior de uma propriedade privada.

O Código de Águas definiu o caráter público das águas superficiais brasileiras e estabeleceu regras para exploração dos recursos hídricos para o abastecimento, a irrigação, a navegação, os usos industriais e a geração de energia. De acordo com esse Código, o uso de grandes volumes de água para a agricultura ou para a indústria estava sujeito à autorização do poder público, que o concederia mediante a garantia de restabelecimento do escoamento natural após a utilização.

Em 1937, uma lei federal criou o Parque Nacional do Itatiaia, uma área pública situada na divisa entre os Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. O parque abriga várias zonas ecológicas, da Mata Atlântica aos campos de altitude.

Dois anos mais tarde, seriam criados outros dois parques: o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, no norte do Rio de Janeiro, e o de Iguazu, no Paraná.

Em 1981, foi promulgada a **Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA)**, que integrou as esferas federal, estadual e municipal em um **Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA)**. Esse sistema unificado criou o **Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama)**, órgão intergovernamental que prevê a participação da sociedade civil nos programas de planejamento e gestão dos assuntos ambientais.

O ano de 1988 é outro marco importante no desenvolvimento das políticas ambientais no Brasil. Nesse ano, a **Constituição Federal** incorporou o conceito de **desenvolvimento sustentável** e foi a **primeira da história brasileira a dedicar um capítulo ao meio ambiente**. Ela estabelece, no artigo 225, que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Em 1989, foi criado o **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)**, que englobou o Secretária do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Sema) e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). O Ibama se tornou desde então o principal órgão executor da política ambiental do governo federal.

O **Ministério do Meio Ambiente (MMA)** surgiu em 1992, no mesmo ano em que o país sediou a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a **Eco-92** ou **Rio 92**.



Na prática, os parâmetros de desenvolvimento sustentável delineados pelo MMA vêm sendo desrespeitados e tratados como “entraves” ao desenvolvimento econômico. A expansão da agropecuária constitui uma ameaça aos ecossistemas da Amazônia e do Cerrado, e os insistentes alertas do MMA a esse respeito têm sido ignorados em detrimento do aumento das exportações de soja.

No setor de energia, o MMA sugere investimentos maciços em fontes alternativas. No entanto, o Brasil prossegue na construção de grandes usinas hidrelétricas e termelétricas, e a necessidade de licenciamento ambiental é frequentemente citada como uma burocracia desnecessária.

---

O avanço político foi seguido da atualização da legislação ambiental. Várias leis aprovadas na década de 1990, como a **Lei da Política Nacional de Recursos Hídricos** e a **Lei de Crimes Ambientais**, criaram condições jurídicas para fazer valer a Constituição Federal de 1988, que estabelece o ambiente saudável como um direito fundamental. Desse modo, a destruição de uma nascente de rio ou a caça ilegal de animais silvestres, por exemplo, tornaram-se infrações graves, passíveis de punições como multas de alto valor e até a prisão.

### Código Florestal

O primeiro Código Florestal estabelecia que nas propriedades deviam ser preservados 75% da mata nativa, das matas galerias e espécies consideradas raras.

As indústrias que utilizavam madeira seriam obrigadas a replantar o mesmo número de árvores que derrubassem. Uma Guarda Florestal seria criada para fiscalizar o cumprimento da nova legislação.

Além disso, o Código atribuía aos governos estaduais e municipais a função de criar suas próprias **unidades de conservação** e estabelecia as bases para a criação dos primeiros **parques nacionais**.

Em 1965, o Código Florestal de 1934 foi substituído por um que estabelecia as **áreas de preservação permanente (APP)** nas margens dos rios, topos de montanhas e terrenos de maior declividade. Nesse código florestal foram estabelecidos o tamanho das **reservas legais** e a área de vegetação nativa a ser preservada nas propriedades rurais.



**Áreas de Preservação Permanente (APPs):** São as margens de rios, lagos ou nascentes, várzeas, encostas íngremes, mangues e outros ambientes. A principal função das APPs é preservar a disponibilidade de água, a paisagem, o solo e a biodiversidade. Só podem ser desmatadas com autorização do Poder Executivo Federal e em caso de uso para utilidade pública ou interesse social, como a construção de uma rodovia.

**Reserva Legal:** em cada um dos sete biomas brasileiros, os proprietários de terras são obrigados a preservar uma parte de vegetação nativa. Na Amazônia são obrigados a manter 80% da propriedade com floresta nativa, índice que cai para 35% no cerrado localizado dentro da Amazônia e 20% em todas as demais regiões e biomas do país.

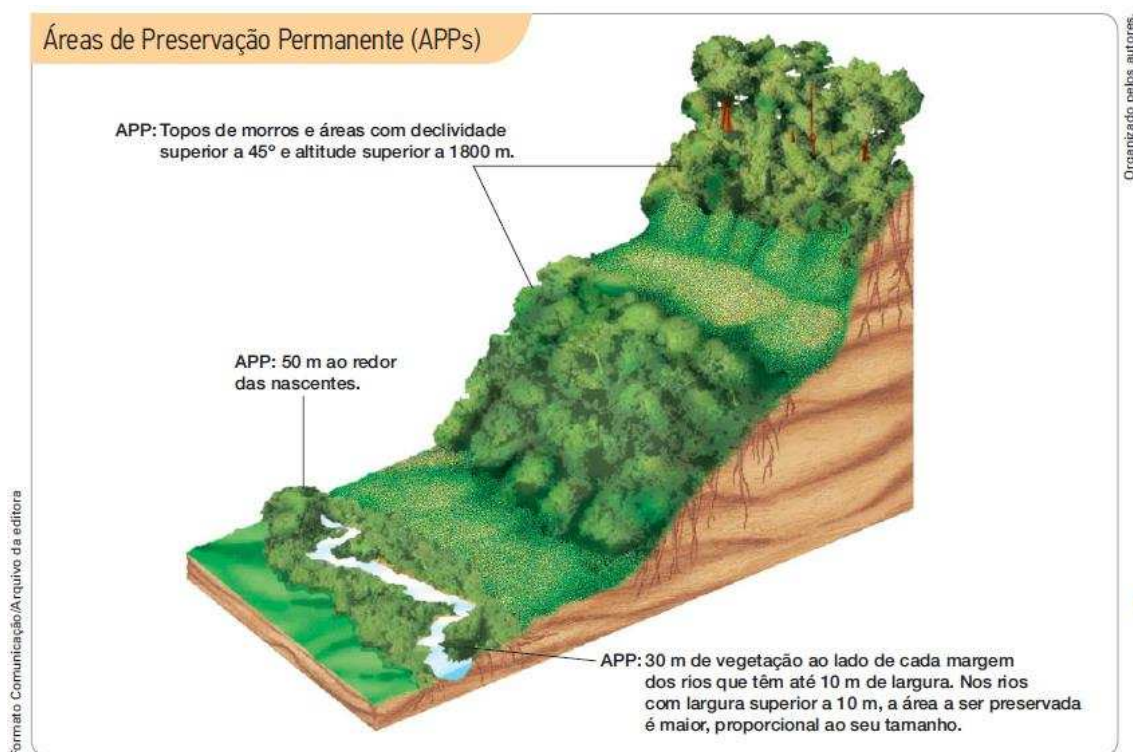
---



Em 2012, o código de 1965 foi substituído. De acordo com a nova lei (Lei n. 12 561/12), ficou estabelecido que:

- 1) As APPs passam a contar no cômputo da Reserva Legal.
- 2) As pequenas propriedades com desmatamento anterior a 2008 estão livres de recompor as áreas degradadas (variando de 20 hectares no sul até áreas de 440 hectares na Amazônia, ou seja, cerca de 90% das propriedades rurais brasileiras).
- 3) As multas provocadas pelo desmatamento podem ser convertidas em serviços ambientais.
- 4) As APPs das margens de rios passam a ser de 5 a 100 metros, quando antes variavam de 30 a 500 metros.

Em topos de morro e áreas com inclinação superior a 45° só é permitida a exploração onde ela já ocorre, como no caso do cultivo de uva na serra Gaúcha.



Fonte: E. SENE e J. C. Moreira - Geografia Geral e do Brasil

## Estudo de Impacto Ambiental

Desde 1986, segundo a Resolução nº 001 do Conama, para a aprovação e o início de qualquer grande projeto agrícola, industrial ou de obras de engenharia, é obrigatório o **Estudo de Impacto Ambiental (EIA)**. O EIA tem como objetivo avaliar propostas e projetos, apontar consequências negativas ao ambiente, apresentar medidas de gestão ambiental alternativas e elaborar o **Relatório de Impacto no Meio Ambiente (Rima)**.



## Unidades de conservação

As Unidades de Conservação (UCs) são áreas de preservação agrupadas conforme a restrição seu ao uso.

A consolidação do **Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc)** no Brasil, aprovado em julho de 2000, é uma das mais importantes diretrizes da agenda ambiental brasileira. O Snuc pretende articular todas as Unidades de Conservação estabelecidas no território brasileiro em torno de diretrizes, objetivos e princípios comuns.

Até agosto de 2007, as Unidades de Conservação eram administradas pelo Ibama. Passaram então a serem administradas pelo órgão criado pelo governo federal, o **Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade**, uma autarquia diretamente vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama).

Além das unidades sob gestão do Instituto Chico Mendes, existem cerca de 600 UC criadas e mantidas pelos governos estaduais (2012).

O Snuc divide as Unidades de Conservação brasileiras em duas grandes categorias de manejo: as **Unidades de Proteção Integral** e as **Unidades de Uso Sustentável**.

As Unidades de Proteção Integral têm seu uso muito restrito, enquanto as Unidades de Uso Sustentável possuem menos restrições ao uso.

**As Unidades de Proteção Integral** têm como objetivos a preservação da biodiversidade, a realização de pesquisas científicas e o lazer, sendo admitido apenas o uso indireto de seus recursos naturais. Esse grupo é composto pelas seguintes categorias de manejo:

**Estação ecológica** — Destina-se à pesquisa científica. É vedada à visitação pública, exceto para atividade educacional.

**Reserva biológica** — Destina-se à preservação integral dos atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta. É vedada à visitação pública, exceto para atividade educacional.

**Parque (nacional, estadual ou municipal)** — Destina-se à preservação de ecossistemas naturais de grande beleza cênica, à pesquisa científica, à realização de atividades de educação ambiental, de turismo ecológico e de lazer. Aberto à visitação de acordo com os horários estabelecidos no plano de manejo.

**Monumento natural** — Destina-se à preservação de sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica. Deve ser aberto à visitação pública.

**Refúgio da vida silvestre** — Destina-se a proteger ambientes naturais, para assegurar a vida de espécies da flora e da fauna. Deve ser aberto à visitação pública.

**As Unidades de Uso Sustentável** têm como objetivo geral compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcelas de seus recursos naturais. Nesse grupo, estão presentes as seguintes categorias de manejo:



**Área de proteção ambiental** — Destina-se a disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais em áreas relativamente extensas do território nacional.

**Área de relevante interesse ecológico** — Destina-se a manter os ecossistemas naturais em áreas relativamente reduzidas, com pouca ocupação humana, que abriguem exemplares raros da biota regional ou dotadas de características naturais consideradas extraordinárias.

**Floresta (nacional, estadual, distrital ou municipal)** — Destina-se à exploração sustentável dos recursos florestais em áreas com predominância de cobertura vegetal nativa.

A exploração é feita através de concessões de áreas de florestas públicas, previstas na Lei de Gestão de Florestas Públicas (Lei nº 11284/2006), que também instituiu o Serviço Florestal Brasileiro.

Conforme a lei, o governo pode conceder a empresas e comunidades o direito de manejar florestas públicas para extrair madeira, produtos não madeireiros e oferecer serviços de turismo.

Em contrapartida ao direito do uso sustentável, os concessionários pagam ao governo quantias que variam em função da proposta de preço apresentada durante o processo de licitação destas áreas.

O contrato de concessão nunca inclui acesso ao patrimônio genético, uso dos recursos hídricos, exploração de recursos minerais, pesqueiros ou fauna silvestre, nem a comercialização de créditos de carbono. A titularidade da terra continua sendo do governo durante todo o período da concessão, uma vez que o concessionário apenas recebe o direito de realizar o manejo florestal na área.

**Reserva extrativista** — Destina-se à exploração por partes das populações extrativistas tradicionais e à proteção dos modos de vida e das culturas dessas populações

**Reserva da fauna** — Destina-se aos estudos técnicos e científicos sobre o manejo dos recursos da fauna, em áreas com populações animais aquáticas e terrestres.

**Reserva de desenvolvimento sustentável** — Destina-se a valorizar e conservar as técnicas de manejo das populações tradicionais e assegurar as condições para a melhoria da qualidade de vida dessas populações.

**Reserva particular do patrimônio natural** — Destina-se a conservar a diversidade biológica em áreas privadas, mediante compromisso assumido entre o órgão ambiental e o proprietário, que fica isento do Imposto Territorial Rural.



**(EsSA/EXÉRCITO BRASILEIRO/2017 - CFS)**

A unidade de proteção integral que se destina a preservação integral dos atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta, e proibida à visitação pública, com a exceção de atividades educacionais, corresponde a:



- a) reserva extrativista.
- b) refúgio da vida silvestre.
- c) parques nacionais.
- d) monumento natural.
- e) reserva biológica.

### **COMENTÁRIOS:**

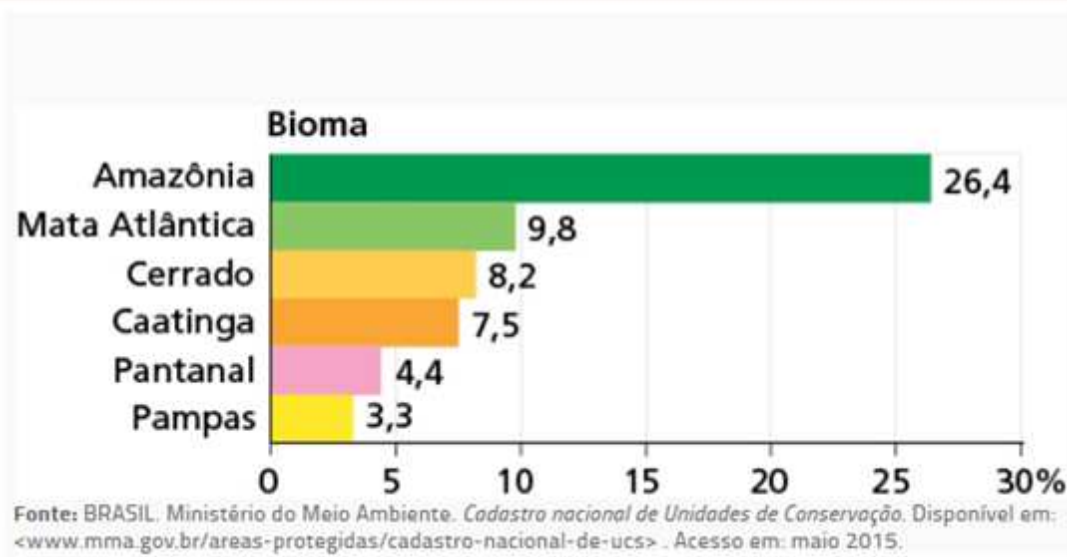
A reserva extrativista é uma Unidade de Uso Sustentável. Não está na categoria das Unidades de Proteção Integral.

O enunciado é bastante subjetivo, posto que todas as Unidades de Proteção Integral se destinam a preservação integral dos atributos naturais existentes em seus limites. O diferencial, entretanto, está no grau de interferência humana, e se é permitida ou proibida a visitação pública. No refúgio da vida silvestre, parques nacionais e monumentos naturais, a visitação é aberta ao público. Somente na reserva biológica que é vedada a visitação pública, exceto para atividades educacionais.

**Gabarito: E**

A maior parte das UCs está respectivamente na Amazônia, na Mata Atlântica e no Cerrado.

ÁREA DO BIOMA OCUPADO POR UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS  
— 2012



BRASIL: UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS — 2012



Fonte: Conexões – Estudos de Geografia Geral e do Brasil

A realidade das UCs brasileiras é bem precária. De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc), todas as Unidades de Proteção Integral devem estar instaladas em áreas de domínio público, e muitas delas não admitem sequer visitantes, menos ainda moradores.

No caso de terras particulares, a lei prevê que os proprietários sejam indenizados e removidos. **Na realidade, porém, poucas entre as Unidades de Conservação foram originalmente criadas em áreas de propriedade do Estado.** A maioria delas se estende sobre verdadeiros mosaicos patrimoniais, mesclando terras públicas, particulares e de posse. A regularização fundiária dessas áreas demandaria um enorme volume de recursos por parte do poder público.

A questão não é só fundiária, mas também social. As UCs são habitadas, em sua maioria. Além dos fazendeiros e turistas recém-chegados, existem centenas de comunidades que vivem nessas áreas muito antes delas se tornarem UCs, ainda que muitas vezes não possuam o título legal da terra.

Alguns grupos ambientalistas defendem que a preservação desses ambientes implica na retirada de todos os seus habitantes. Outros, porém, alegam que simplesmente não faz sentido expulsar comunidades inteiras dos lugares onde moram e de onde extraem seu sustento.

Os parques nacionais estadunidenses, nos quais os legisladores brasileiros se inspiraram, cumprem efetivamente uma função importante como alternativa de lazer para as populações urbanas. A maior parte dos parques brasileiros, porém, está fechada para visitantes em razão da precariedade das instalações. Mesmo aqueles que funcionam, apresentam problemas de falta de estrutura, como trilhas mal sinalizadas e ausência de monitores adequadamente treinados.

### Corredores Ecológicos

Para garantir o intercâmbio genético e reforçar o sistema das UCs, o Ministério do Meio Ambiente criou o projeto dos corredores ecológicos, no interior dos quais seriam tomadas medidas tanto de preservação da fauna e da flora quanto de manejo sustentável dos ecossistemas. Alguns corredores estão em fase de implantação na Amazônia e na Mata Atlântica.

São áreas que unem os fragmentos florestais ou unidades de conservação separados por alguma ação antrópica, como estradas, agricultura, atividade madeireira, etc.

BRASIL: CORREDORES ECOLÓGICOS



Fonte: AYRES, José Márcio et al. *Os corredores ecológicos das florestas tropicais do Brasil*. Belém: Sociedade Civil Mamiirauá, 2005, p. 27. Disponível em <[www.conservation.org.br/publicacoes/files/CorredoresEcologicos.pdf](http://www.conservation.org.br/publicacoes/files/CorredoresEcologicos.pdf)>. Acesso em: maio 2015.



### 3 - RESUMO

#### Políticas territoriais e regionais

Com a industrialização, o modelo agroexportador brasileiro foi aos poucos sendo substituído pelo modelo urbano e industrial. A região Sudeste, notadamente o Estado de São Paulo, concentrou grande parte da produção industrial e dos grandes centros urbanos.

No governo de Juscelino Kubitschek essa concentração se acentuou mais ainda com a chegada das indústrias de bens de consumo duráveis. Esse cenário gerou um desequilíbrio econômico entre as regiões do país e tornou necessária a implantação de uma política de integração do mercado interno.

Foram então estabelecidas políticas de desenvolvimento regional. Por meio de políticas e de órgãos estatais, o governo federal buscou dinamizar a economia e a integração das regiões. O Nordeste e a Amazônia foram as regiões que mais receberam esforços do governo para o desenvolvimento. Para desenvolver essas regiões foram criadas a **Sudene (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste)** e a **Sudam (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia)**.

O conceito de **Amazônia Legal** decorre da necessidade de planejar o desenvolvimento econômico da região. A sua área engloba a totalidade de oito estados (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e parte do Estado do Maranhão (a oeste do meridiano de 44ºW).

A **Zona Franca de Manaus** é uma área industrial criada pelo governo brasileiro na região amazônica com o objetivo de atrair fábricas para uma região pouco povoada no país e promover uma maior integração territorial na região Norte.

O Nordeste se sub-divide em Zona da Mata, Agreste, Sertão e Meio Norte.

#### Mercosul e América do Sul

Fundado em 1991, a partir do Tratado de Assunção. Os membros fundadores são Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. A Venezuela está suspensa do bloco.

O Mercosul é fundamental para a atividade industrial dos seus membros. Em 2012, 92% das exportações brasileiras ao bloco foram bens industrializados. Um dos setores que mais se beneficia é o automotivo, pois o bloco possibilitou ao Brasil e a Argentina integrar suas cadeias produtivas de automóveis.



A **Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA)** é um programa conjunto dos governos de 12 países da América do Sul que visa promover a integração física entre eles, por meio da modernização da infraestrutura de transporte, energia e telecomunicações.

A Unasul é um bloco que reúne os doze países da América do Sul: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela. O acordo tem como principal objetivo fomentar a integração entre os seus países-membros.

### Políticas de meio ambiente

#### Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA)

Integrou as esferas federal, estadual e municipal em um **Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA)**. Esse sistema unificado criou o **Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama)**, órgão intergovernamental que prevê a participação da sociedade civil nos programas de planejamento e gestão dos assuntos ambientais. O Conama também estabelece a obrigatoriedade dos Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental.

#### SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação)

O SNUC é o conjunto de unidades de conservação (UC) federais, estaduais e municipais. Divide as UCs em duas grandes categorias de manejo: as **Unidades de Proteção Integral** e as **Unidades de Uso Sustentável**.

As Unidades de Proteção Integral têm seu uso muito restrito, enquanto as Unidades de Uso Sustentável possuem menos restrições ao uso.

As **Unidades de Proteção Integral** têm como objetivos a preservação da biodiversidade, a realização de pesquisas científicas e o lazer, sendo admitido apenas o uso indireto de seus recursos naturais. Esse grupo é composto pelas seguintes categorias de manejo:

**Estação ecológica** — Destina-se à pesquisa científica. É vedada à visitação pública, exceto para atividade educacional.

**Reserva biológica** — Destina-se à preservação integral dos atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta. É vedada à visitação pública, exceto para atividade educacional.

**Parque (nacional, estadual ou municipal)** — Destina-se à preservação de ecossistemas naturais de grande beleza cênica, à pesquisa científica, à realização de atividades de educação ambiental, de turismo ecológico e de lazer. Aberto à visitação de acordo com os horários estabelecidos no plano de manejo.



**Monumento natural** — Destina-se à preservação de sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica. Deve ser aberto à visitação pública.

**Refúgio da vida silvestre** — Destina-se a proteger ambientes naturais, para assegurar a vida de espécies da flora e da fauna. Deve ser aberto à visitação pública.

As **Unidades de Uso Sustentável** têm como objetivo geral compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcelas de seus recursos naturais. Nesse grupo, estão presentes as seguintes categorias de manejo:

**Área de proteção ambiental** — Destina-se a disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais em áreas relativamente extensas do território nacional.

**Área de relevante interesse ecológico** — Destina-se a manter os ecossistemas naturais em áreas relativamente reduzidas, com pouca ocupação humana, que abriguem exemplares raros da biota regional ou dotadas de características naturais consideradas extraordinárias.

**Floresta (nacional, estadual ou municipal)** — Destina-se à exploração sustentável dos recursos florestais em áreas com predominância de cobertura vegetal nativa.

**Reserva extrativista** — Destina-se à exploração por partes das populações extrativistas tradicionais e à proteção dos modos de vida e das culturas dessas populações

**Reserva da fauna** — Destina-se aos estudos técnicos e científicos sobre o manejo dos recursos da fauna, em áreas com populações animais aquáticas e terrestres.

**Reserva de desenvolvimento sustentável** — Destina-se a valorizar e conservar as técnicas de manejo das populações tradicionais e assegurar as condições para a melhoria da qualidade de vida dessas populações.

**Reserva particular do patrimônio natural** — Destina-se a conservar a diversidade biológica em áreas privadas, mediante compromisso assumido entre o órgão ambiental e o proprietário, que fica isento do Imposto Territorial Rural.



## 4 – QUESTÕES COMENTADAS

### 1. (EsSA/EXÉRCITO BRASILEIRO/2017 - CFS)

A Zona Franca de Manaus nasceu como um porto livre, ou seja, uma zona de armazenamento ou depósito de mercadorias provenientes do estrangeiro destinadas ao consumo interno da Amazônia ou países limítrofes ao Brasil no ano de:

- a) 1933
- b) 1999
- c) 1997
- d) 1957
- e) 1920

#### COMENTÁRIOS:

A Zona Franca de Manaus foi criada no ano de 1957, como um porto livre, para o depósito, armazenamento e comércio de mercadorias provenientes do estrangeiro, livres de impostos.

**Gabarito: D**

---

### 2. (EsSA/EXÉRCITO BRASILEIRO/2015 - CFS)

A concessão de áreas florestais para exploração econômica por empresas privadas está prevista na (o):

- A) Lei de Gestão de Florestas Nacionais.
- B) Constituição Federal.
- C) Estatuto da Terra.
- D) Plano Amazônia Sustentável.
- E) Projeto Calha Norte.

#### COMENTÁRIOS:

A concessão de áreas florestais para a exploração econômica por empresas privadas está prevista na Lei de Gestão de Florestas Públicas - Lei nº 11.284/2006.

A lei não abrange somente as florestas nacionais. As florestas estaduais, do Distrito Federal e municipais também podem ser objeto de exploração econômica no modelo de concessão disposto na legislação. A banca deu como correta a alternativa "a", mas era possível entrar com recurso, pois



a lei é de gestão de florestas públicas, que é mais ampla do que somente florestas nacionais. Foi uma imprecisão do examinador.

**Gabarito: A**

---

**3. (EsSA/EXÉRCITO BRASILEIRO/2012 - CFS)**

Assinale a alternativa que apresenta os estados brasileiros que compõem a Amazônia Ocidental.

- A) Mato Grosso do Sul, Acre e Pará.
- B) Maranhão, Amazonas e Tocantins.
- C) Amazonas, Roraima e Piauí.
- D) Acre, Rondônia e Mato Grosso.
- E) Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima.

**COMENTÁRIOS:**

A Amazônia Ocidental é composta pelos estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima.

**Gabarito: E**

---

**4. (ESA/EXÉRCITO BRASILEIRO/2011 - CFS)**

“Em abril de 2007, durante a Cúpula Energética Sul Americana, foi criado (a) o(a) \_\_\_\_\_, integrado(a) por vários países da América do Sul, tendo o Panamá e o México como observadores.”

(TERRA, Lygia; ARAUJO, Regina; GUIMARÃES, Raul Borges. Conexões: estudos de geografia do Brasil).

O texto refere-se ao (à)

- A) Mercosul.
- B) Banco da América do Sul.
- C) Unasul.
- D) Conesul.
- E) Alca.

**COMENTÁRIOS:**

A Unasul foi criada durante a Cúpula Energética Sul Americana com vários objetivos que visam a maior integração dos países da América do Sul.

**Gabarito: C**

---



**5. (EsSA/EXÉRCITO BRASILEIRO/2007 - CFS)**

Assinale a alternativa que indica a sub-região nordestina onde se localizam importantes centros urbanos, como Campina Grande e Feira de Santana, e que é classificada como faixa de transição.

- (A) Mata dos Cocais.
- (B) Sertão.
- (C) Recôncavo Baiano.
- (D) Zona da Mata.
- e) Agreste.

**COMENTÁRIOS:**

A sub-região nordestina conhecida como faixa de transição é o Agreste, por ser a área de transição entre o sertão semiárido e a zona da mata, úmida.

**Gabarito: E**

---

**6. (MARINHA/COLÉGIO NAVAL/2017 – ALUNO)**

Uma das alterações produzidas recentemente, causada pela incorporação do elemento ambiental no discurso do desenvolvimento, foi o estabelecimento de novas diretrizes para o uso da terra. A Amazônia, um dos principais objetos de preocupação dos ambientalistas, voltou à cena e tornou-se objeto de disputa pela sua significação."

(Rabello, Antônio Cláudio. (2013). Amazônia: uma fronteira volátil. Estudos Avançados, 27(78), 213-235. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142013000200014>>)

Sobre os problemas ligados à ocupação do espaço amazônico que vêm preocupando os ambientalistas, assinale a opção correta.

- (A) O avanço do chamado "arco de devastação" teve seu período mais intenso durante o governo de Getúlio Vargas, fase de grande expansão da indústria regional, principalmente depois da criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA).
- (B) Para além da dimensão aparente do desmatamento, o "arco de devastação" amazônico dá conta de um processo mais amplo e menos visível, como uma intrincada e oculta teia de tráfico clandestino de animais, de biopirataria, de garimpo e de madeira acontecendo sob as copas das árvores.
- (C) Os modos de vida tradicionais dos chamados "povos da floresta" têm sido determinantes na configuração da catástrofe ambiental amazônica devido, principalmente, à ligação indissociável entre o baixo nível tecnológico das atividades que desenvolvem e a degradação ambiental.



(D) A província mineral da serra dos Carajás, no sudoeste do Pará, é a maior reserva de minério de ferro do mundo, tendo sido administrada, desde o início de sua operação, pela hoje privatizada Companhia Vale do Rio Doce, e é considerada modelo de extração mineral sustentável.

(E) Em 2006, foi aprovada a Lei de Gestão das Florestas Nacionais (Flonas), que estabelece critérios para o manejo da floresta, como limites para a derrubada de árvores e estímulo ao manejo múltiplo, associando a proteção da floresta ao uso econômico sustentável, o que impedirá, definitivamente, o avanço do desmatamento.

### COMENTÁRIOS:

**a) Incorreta.** O “arco do desmatamento” é a uma região da floresta amazônica que apresenta os maiores índices de desmatamento, por onde a fronteira agrícola avança, penetrando na grande floresta. São aproximadamente 500 mil km<sup>2</sup> de terras que vão do sudeste do Pará para o oeste, passando por Mato Grosso, Rondônia e Acre.

A construção das rodovias Belém-Brasília e Cuiabá-Porto Velho foram as principais responsáveis pelo arco do desmatamento da Amazônia. O sucesso de ambas as estradas ocasionou a construção de mais rodovias, que tiveram um maior povoamento pela sua extensão, acarretando o desmatamento de inúmeras regiões de diferentes estados. O período mais intenso do desmatamento ocorreu em governos militares.

**b) Correta.** Atividades clandestinas como a biopirataria, os garimpos ilegais, entre outras, ocorrem na região do arco do desmatamento, assim como em toda a extensão da floresta amazônica.

**c) Incorreta.** Os grupos que vivem de forma tradicional, os chamados “povos da floresta” - como os ribeirinhos, extrativistas, quilombolas e os indígenas -, utilizam os recursos naturais de forma sustentável, causando pouco ou quase nenhum impacto ambiental, não sendo determinantes na configuração dos problemas ambientais na Amazônia. São determinantes para a configuração dos grandes problemas ambientais da Amazônia os madeireiros, os grandes agropecuaristas e o próprio governo, com grandes obras de infraestrutura e projetos de grande exploração econômica.

**d) Incorreta.** A província mineral da serra do Carajás é a maior reserva de minério de ferro conhecida do mundo. É administrada desde o início de sua operação pela Vale, antiga Companhia Vale do Rio Doce (empresa estatal criada durante o governo de Getúlio Vargas e privatizada em 1997). O modelo de extração mineral não é sustentável. Em grandes projetos minerais como esse, é muito difícil a existência de um manejo sustentável. Projetos como esse causam diversos impactos ambientais, como o desmatamento da área e a poluição de rios e do solo com os resíduos da mineração.

**e) Incorreta.** Em 2006, foi instituída a Lei de Gestão de Florestas Públicas (Lei federal nº 11.284) que criou a possibilidade da concessão de áreas de florestas protegidas pelo governo. Com essa concessão, o governo pode conceder a empresas e a comunidades o direito de manejo para extrair madeira, produtos da floresta e oferecer serviços de turismo de forma sustentável. Esse é um método que visa utilizar de forma sustentável as florestas e seus recursos, de forma a impedir o desmatamento e os demais impactos ambientais. Entretanto, é incorreto dizer que isso impedirá



completamente o desmatamento. O desmatamento ocorre geralmente em áreas de floresta que não são protegidas e monitoradas pelo estado, de forma ilegal.

**Gabarito: B**

---

**7. (FUNRIO/IF BA/2016 – ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO)**

O Mercosul foi fundado a partir do Tratado de Assunção em 1991, por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. A Venezuela, em 2006, solicitou sua entrada no bloco, o que foi efetivado em 2012. Que outro país também solicitou a entrada como membro permanente do Mercosul, mas ainda não foi integrado ao grupo?

- a) Bolívia.
- b) Chile.
- c) Colômbia.
- d) México.
- e) Peru.

**COMENTÁRIOS:**

A Bolívia solicitou entrada como membro permanente do Mercosul. É um Estado parte em processo de adesão. Para a sua integração definitiva, falta, ainda, a aprovação de alguns parlamentos nacionais.

**Gabarito: A**

---

**8. (VUNESP/2016/PREFEITURA DE GUARULHOS – AGENTE ESCOLAR)**

O Mercosul continua em crise pela passagem da presidência rotativa do bloco. A reunião de seus sócios fundadores, realizada nesta quinta-feira (04.08.2016) em sua sede de Montevidéu, terminou sem qualquer avanço ou consenso. A reunião permitiu a “constatação de que não houve consenso em torno do tema da presidência pro tempore”, disse o vice-chanceler paraguaio a jornalistas depois do encontro. A crise no Mercosul prolonga-se desde junho, sem sinal de solução. Na última sexta (29.07.2016), o Uruguai deu por encerrada sua gestão na presidência rotativa, sem anunciar a transferência do posto a qualquer um dos sócios do bloco.

(G1, 04.08.2016. Disponível em: <<http://goo.gl/NBZQux>>. Adaptado)

A principal motivação para essa crise é

- a) o reconhecimento pleno do governo de Michel Temer pelos países do bloco, à exceção da Argentina, em que um governo de extrema esquerda se recusa a conversar com o Brasil.
- b) a ótima situação econômica de todos os países do bloco, o que desestimula a realização de acordos econômicos e dificulta a negociação política entre eles.



- c) a discordância acerca do cronograma de implantação de um dos objetivos do bloco, a eliminação das fronteiras nacionais em relação à circulação de pessoas e mercadorias.
- d) a oposição que Brasil, Paraguai e Argentina fazem à Venezuela na presidência do bloco, devido à instabilidade política deste país.
- e) a divergência em relação ao tratado de livre comércio do bloco com os EUA, em estágio avançado de negociação, o que tem impactado a tomada de decisão pelos países.

### **COMENTÁRIOS:**

O MERCOSUL possui uma presidência rotativa, chamada de “pro tempore”. A cada seis meses um dos países membros assume a presidência do bloco, conforme uma rotação por ordem alfabética. No final de julho de 2016, o Uruguai, que estava na presidência, encerrou o seu mandato. O próximo país a assumir a presidência seria a Venezuela. No entanto, Argentina, Brasil e Paraguai alegaram que a Venezuela não poderia assumir a presidência por não estar cumprindo algumas normas do bloco econômico. Seriam regras relacionadas com o respeito aos direitos humanos e de integração ao mercado econômico.

A cláusula democrática é uma das normas que a Venezuela estaria desrespeitando, segundo os três países. Por ela, para ser membro pleno do bloco, o país deve ser uma democracia. Uma das alegações é de que a democracia não é plena na Venezuela. Direitos políticos estariam sendo violados. Como exemplo, cita-se a prisão de opositores pela máquina chavista que controlaria o Judiciário.

Diante do impasse, a Venezuela declarou ter assumido a presidência “pro tempore” do bloco. Os quatro países se reuniram e estabeleceram uma presidência compartilhada até o final de 2016. O Uruguai se absteve, não foi a favor, nem contra essa decisão.

Foi estabelecido um prazo para que a Venezuela cumprisse com regras do bloco que ainda estão pendentes. O prazo se encerrou em dois de dezembro. Como a **Venezuela** não se adequou às normas pendentes, foi **suspensa do bloco econômico**. Com a suspensão, **perdeu o direito de voto**.

**Gabarito: D**

## **9. (MPE-GO/MPE-GO/2015 – SECRETÁRIO AUXILIAR)**

No ano de 1991, pelo Tratado de Assunção, foi criada uma organização econômica que atualmente tem como países membros Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela chamada de:

- a) Pacto Andino;
- b) MERCOSUL (Mercado Comum do Sul).
- c) NAFTA (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio).
- d) ALCA (Área de Livre Comércio das Américas).
- e) ALADI (Associação Latino-Americana de Integração).



### COMENTÁRIOS:

- a) **Errado.** O Pacto Andino surgiu com o Acordo de Cartagena e os países membros são Bolívia, Colômbia, Equador e Peru.
- b) **Certo.** O MERCOSUL foi oficializado pelo Tratado de Assunção em 1991. Atualmente, tem como países membros o Brasil, a Argentina, o Paraguai, o Uruguai e a Venezuela. A Bolívia é o mais novo membro do bloco, no entanto, para a sua adesão plena, ainda falta a aprovação de alguns parlamentos nacionais.
- c) **Errado.** Fazem parte do NAFTA o Canadá, os Estados Unidos e o México.
- d) **Errado.** ALCA não chegou a se constituir em um bloco econômico.
- e) **Errado.** A ALADI foi criada em 1980, pelo Tratado de Montevideú.

**Gabarito: B**

---

#### 10. (CESPE/PRF/2008 – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL)

Projeto avaliado em 800 milhões de dólares, iniciado em 2005 e com previsão de término para 2010, a Interoceânica dinamizará a integração entre vizinhos, a partir de Assis Brasil, no Acre, para desaguar nos portos peruanos de San Juan e Ilo. A construção da estrada gera enorme expectativa para negócios entre os países. Serão mais de 2,5 mil quilômetros, dos quais 60% já estão construídos em diferentes blocos, que ainda precisam ser conectados.

Jornal do Brasil, 27/7/2008, p. E4 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando o objetivo da obra nele mencionada, assinale a opção incorreta.

- a) Com a construção da estrada, pretende-se facilitar o trânsito de mercadorias brasileiras em direção aos cada vez mais promissores mercados da costa do oceano Pacífico.
- b) A obra, já em andamento, com pouco mais da metade da construção concluída, impulsionará diretamente as relações Norte-Sul no cenário globalizado da economia mundial.
- c) As atuais alternativas de exportação, como os portos de Paranaguá e de Santos, representam custos muito elevados para produtos da região Norte.
- d) Uma rodovia como a Interoceânica facilitará a aproximação dos interesses comerciais brasileiros com o rico mercado da costa oeste norte-americana.
- e) Em síntese, a estrada a que se refere o texto possibilitará a ligação, por terra, entre os oceanos Atlântico e Pacífico, cortando a América do Sul.

### COMENTÁRIOS:





- a) Correta.** Um dos objetivos da construção da Interoceânica é facilitar o trânsito de mercadorias brasileiras em direção aos mercados da costa do Oceano Pacífico, tais como a China, Coreia do Sul e outros países do Sudeste Asiático.
- b) Incorreta.** A Interoceânica é uma estrada localizada na América do Sul. Não há nenhum trecho para os países continentais do Hemisfério Norte ou para portos do Norte. A estrada visa impulsionar diretamente às relações Sul-Sul.
- c) Correta.** As exportações de produtos do Norte do Brasil, pelos portos do Sul e Sudeste, como Santos e Paranaguá, representam custos muito elevados para os produtos nortistas.
- d) Correta.** Uma rodovia, como a Interoceânica, facilita a aproximação dos interesses comerciais brasileiros com o rico mercado da costa oeste norte-americana.
- e) Correta.** A rodovia Interoceânica possibilitou a ligação, por terra, entre os oceanos Atlântico e Pacífico, do Brasil ao Peru, cortando a América do Sul.

**Gabarito: B**

---

#### 11. (NCE/IBGE/2005 – AGENTE DE PESQUISA E MAPEAMENTO)

Se há um traço característico do Brasil, este é a persistente desigualdade social. Essa desigualdade reflete-se no território e, em média, divide o país em duas partes, uma que possui maior percentual de população de baixa renda e outra onde se encontra o maior percentual de população com renda mais elevada. Essas partes são, respectivamente:

- (A) o litoral e o interior;
- (B) o norte e o sul;
- (C) as planícies e os planaltos;
- (D) o oeste e o leste;
- (E) os municípios pouco povoados e os mais populosos.

#### COMENTÁRIOS:

Se dividirmos o Brasil em metade norte e metade sul, vamos verificar que a metade norte possui um maior percentual de população de baixa renda ao passo que na metade sul terá um maior percentual de população com renda mais elevada.

Mas, a análise pode sofrer variações, dependendo do recorte espacial da análise. Se o recorte espacial for as macrorregiões (regiões do IBGE), no Norte, Nordeste e Centro-Oeste estará o maior percentual de população de baixa renda e no Sul e Sudeste, o maior percentual de população com renda mais elevada.

Por isso, nesse tipo de questão é muito importante sempre prestar atenção no recorte espacial objeto da análise.

**Gabarito: B**

---





## 5 - LISTA DE QUESTÕES

### 1. (EsSA/EXÉRCITO BRASILEIRO/2017 - CFS)

A Zona Franca de Manaus nasceu como um porto livre, ou seja, uma zona de armazenamento ou depósito de mercadorias provenientes do estrangeiro destinadas ao consumo interno da Amazônia ou países limítrofes ao Brasil no ano de:

- a) 1933
- b) 1999
- c) 1997
- d) 1957
- e) 1920

### 2. (EsSA/EXÉRCITO BRASILEIRO/2015 - CFS)

A concessão de áreas florestais para exploração econômica por empresas privadas está prevista na (o):

- A) Lei de Gestão de Florestas Nacionais.
- B) Constituição Federal.
- C) Estatuto da Terra.
- D) Plano Amazônia Sustentável.
- E) Projeto Calha Norte.

### 3. (EsSA/EXÉRCITO BRASILEIRO/2012 - CFS)

Assinale a alternativa que apresenta os estados brasileiros que compõem a Amazônia Ocidental.

- A) Mato Grosso do Sul, Acre e Pará.
- B) Maranhão, Amazonas e Tocantins.
- C) Amazonas, Roraima e Piauí.
- D) Acre, Rondônia e Mato Grosso.
- E) Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima.

### 4. (ESA/EXÉRCITO BRASILEIRO/2011 - CFS)



“Em abril de 2007, durante a Cúpula Energética Sul Americana, foi criado (a) o(a) \_\_\_\_\_, integrado(a) por vários países da América do Sul, tendo o Panamá e o México como observadores.”

(TERRA, Lygia; ARAUJO, Regina; GUIMARÃES, Raul Borges. Conexões: estudos de geografia do Brasil).

O texto refere-se ao (à)

- A) Mercosul.
- B) Banco da América do Sul.
- C) Unasul.
- D) Conesul.
- E) Alca.

#### 5. (EsSA/EXÉRCITO BRASILEIRO/2007 - CFS)

Assinale a alternativa que indica a sub-região nordestina onde se localizam importantes centros urbanos, como Campina Grande e Feira de Santana, e que é classificada como faixa de transição.

- (A) Mata dos Cocais.
- (B) Sertão.
- (C) Recôncavo Baiano.
- (D) Zona da Mata.
- e) Agreste.

#### 6. (MARINHA/COLÉGIO NAVAL/2017 – ALUNO)

Uma das alterações produzidas recentemente, causada pela incorporação do elemento ambiental no discurso do desenvolvimento, foi o estabelecimento de novas diretrizes para o uso da terra. A Amazônia, um dos principais objetos de preocupação dos ambientalistas, voltou à cena e tornou-se objeto de disputa pela sua significação."

(Rabello, Antônio Cláudio. (2013). Amazônia: uma fronteira volátil. Estudos Avançados, 27(78), 213-235. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142013000200014>>)

Sobre os problemas ligados à ocupação do espaço amazônico que vêm preocupando os ambientalistas, assinale a opção correta.

- (A) O avanço do chamado “arco de devastação” teve seu período mais intenso durante o governo de Getúlio Vargas, fase de grande expansão da indústria regional, principalmente depois da criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA).
- (B) Para além da dimensão aparente do desmatamento, o “arco de devastação” amazônico dá conta de um processo mais amplo e menos visível, como uma intrincada e oculta teia de tráfico



clandestino de animais, de biopirataria, de garimpo e de madeira acontecendo sob as copas das árvores.

(C) Os modos de vida tradicionais dos chamados "povos da floresta" têm sido determinantes na configuração da catástrofe ambiental amazônica devido, principalmente, à ligação indissociável entre o baixo nível tecnológico das atividades que desenvolvem e a degradação ambiental.

(D) A província mineral da serra dos Carajás, no sudoeste do Pará, é a maior reserva de minério de ferro do mundo, tendo sido administrada, desde o início de sua operação, pela hoje privatizada Companhia Vale do Rio Doce, e é considerada modelo de extração mineral sustentável.

(E) Em 2006, foi aprovada a Lei de Gestão das Florestas Nacionais (Flonas), que estabelece critérios para o manejo da floresta, como limites para a derrubada de árvores e estímulo ao manejo múltiplo, associando a proteção da floresta ao uso econômico sustentável, o que impedirá, definitivamente, o avanço do desmatamento.

## 7. (FUNRIO/IF BA/2016 – ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO)

O Mercosul foi fundado a partir do Tratado de Assunção em 1991, por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. A Venezuela, em 2006, solicitou sua entrada no bloco, o que foi efetivado em 2012. Que outro país também solicitou a entrada como membro permanente do Mercosul, mas ainda não foi integrado ao grupo?

- a) Bolívia.
- b) Chile.
- c) Colômbia.
- d) México.
- e) Peru.

## 8. (VUNESP/2016/PREFEITURA DE GUARULHOS – AGENTE ESCOLAR)

O Mercosul continua em crise pela passagem da presidência rotativa do bloco. A reunião de seus sócios fundadores, realizada nesta quinta-feira (04.08.2016) em sua sede de Montevideu, terminou sem qualquer avanço ou consenso. A reunião permitiu a “constatação de que não houve consenso em torno do tema da presidência pro tempore”, disse o vice-chanceler paraguaio a jornalistas depois do encontro. A crise no Mercosul prolonga-se desde junho, sem sinal de solução. Na última sexta (29.07.2016), o Uruguai deu por encerrada sua gestão na presidência rotativa, sem anunciar a transferência do posto a qualquer um dos sócios do bloco.

(G1, 04.08.2016. Disponível em: <<http://goo.gl/NBZQux>>. Adaptado)

A principal motivação para essa crise é

- a) o reconhecimento pleno do governo de Michel Temer pelos países do bloco, à exceção da Argentina, em que um governo de extrema esquerda se recusa a conversar com o Brasil.



- b) a ótima situação econômica de todos os países do bloco, o que desestimula a realização de acordos econômicos e dificulta a negociação política entre eles.
- c) a discordância acerca do cronograma de implantação de um dos objetivos do bloco, a eliminação das fronteiras nacionais em relação à circulação de pessoas e mercadorias.
- d) a oposição que Brasil, Paraguai e Argentina fazem à Venezuela na presidência do bloco, devido à instabilidade política deste país.
- e) a divergência em relação ao tratado de livre comércio do bloco com os EUA, em estágio avançado de negociação, o que tem impactado a tomada de decisão pelos países.

#### 9. (MPE-GO/MPE-GO/2015 – SECRETÁRIO AUXILIAR)

No ano de 1991, pelo Tratado de Assunção, foi criada uma organização econômica que atualmente tem como países membros Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela chamada de:

- a) Pacto Andino;
- b) MERCOSUL (Mercado Comum do Sul).
- c) NAFTA (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio).
- d) ALCA (Área de Livre Comércio das Américas).
- e) ALADI (Associação Latino-Americana de Integração).

#### 10. (CESPE/PRF/2008 – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL)

Projeto avaliado em 800 milhões de dólares, iniciado em 2005 e com previsão de término para 2010, a Interoceânica dinamizará a integração entre vizinhos, a partir de Assis Brasil, no Acre, para desaguar nos portos peruanos de San Juan e Ilo. A construção da estrada gera enorme expectativa para negócios entre os países. Serão mais de 2,5 mil quilômetros, dos quais 60% já estão construídos em diferentes blocos, que ainda precisam ser conectados.

Jornal do Brasil, 27/7/2008, p. E4 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando o objetivo da obra nele mencionada, assinale a opção incorreta.

- a) Com a construção da estrada, pretende-se facilitar o trânsito de mercadorias brasileiras em direção aos cada vez mais promissores mercados da costa do oceano Pacífico.
- b) A obra, já em andamento, com pouco mais da metade da construção concluída, impulsionará diretamente as relações Norte-Sul no cenário globalizado da economia mundial.
- c) As atuais alternativas de exportação, como os portos de Paranaguá e de Santos, representam custos muito elevados para produtos da região Norte.
- d) Uma rodovia como a Interoceânica facilitará a aproximação dos interesses comerciais brasileiros com o rico mercado da costa oeste norte-americana.



e) Em síntese, a estrada a que se refere o texto possibilitará a ligação, por terra, entre os oceanos Atlântico e Pacífico, cortando a América do Sul.

**11. (NCE/IBGE/2005 – AGENTE DE PESQUISA E MAPEAMENTO)**

Se há um traço característico do Brasil, este é a persistente desigualdade social. Essa desigualdade reflete-se no território e, em média, divide o país em duas partes, uma que possui maior percentual de população de baixa renda e outra onde se encontra o maior percentual de população com renda mais elevada. Essas partes são, respectivamente:

- (A) o litoral e o interior;
- (B) o norte e o sul;
- (C) as planícies e os planaltos;
- (D) o oeste e o leste;
- (E) os municípios pouco povoados e os mais populosos.

## 6 – GABARITO

- 1. D
- 2. A
- 3. E
- 4. C
- 5. E
- 6. B
- 7. A
- 8. D
- 9. B
- 10. B
- 11. B

